

## MP-SP investiga procuradores por suposto contrato irregular

Um inquérito civil instaurado pelo promotor José Carlos Blat, da 10ª Promotoria do Patrimônio Público e Social do Ministério Público paulista, investiga uma suposta prática de improbidade na contratação de uma empresa de tecnologia pela Procuradoria Geral do Estado.

Reprodução/Facebook



MP-SP investiga empresa que produziu relatórios desfavoráveis ao grupo Dolly  
Reprodução

A Neoway Tecnologia Integrada é uma empresa de *Big Data* que foi contratada para fornecer e gerenciar dados de investigações fiscais sobre as fabricantes de bebidas Dolly e Proibida. Há suspeita de manipulação de relatórios contra a empresa de refrigerantes e da cervejaria.

Uma das motivações suspeitas é o fato de a empresa de tecnologia ter entre seus acionistas diretores e ex-diretores da Ambev e da Coca Cola, as duas maiores produtoras de bebidas do país.

Conforme o MP, a suspeita de pagamento de R\$ 15 milhões a auditores fiscais também são alvo de investigação no inquérito.

Tanto a Procuradoria Geral do Estado como a Neoway recorreram ao Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo para solicitar o arquivamento do inquérito e, conseqüentemente, o fim das investigações.

No pedido apresentado à Justiça, a empresa afirma que tem acesso a dados estratégicos e que faz análises para a PGE. A empresa, todavia, não explicou como uma foto privada de um helicóptero dentro de um hangar foi parar em um de seus relatórios.

A foto pertencia ao arquivo pessoal de um ex-contador da Dolly, cujos ilícitos foram delatados por um sócio à Polícia Civil. Ele foi convencido pelos procuradores para entregar informações sigilosas sobre a empresa de refrigerantes.



O MP apura se o acesso a dados tributários pela Neoway é algo lícito — tais informações seriam, em tese, de competência exclusiva de funcionários públicos. Também investiga se houve manipulação ilegal dos dados dos contribuintes.

### **Relatório controverso**

Um dos relatórios produzidos pela Neoway em parceria com a PGE dá conta que a Justiça usou informações erradas contra a Dolly para justificar o pedido de prisão do empresário Laerte Codonho, dono da marca, que ficou ao menos oito dias presos em maio de 2018.

Além do elo com a Neoway, a PGE é investigada pelos seus vínculos com o Instituto Fomele.

Segue abaixo nota da Neoway enviada à **ConJur**:

A Neoway informa que:

- 1) Seus principais investidores são fundos de private equity que possuem investimentos em diversas outras empresas em todo o mundo, com bilhões de dólares em recursos captados e investidos. A afirmação de que esses investidores institucionais influenciam no dia-a-dia da empresa é completamente infundada.
- 2) Não faz parte do produto ou serviço da Neoway coletar dados restritos de qualquer natureza, inclusive aqueles relacionados a investigações fiscais. A base de dados da Neoway é composta por dados públicos disponíveis a qualquer pessoa com a acesso à internet. A coleta de dados públicos e publicamente disponíveis não envolve, certamente, qualquer mecanismo de quebra de criptografia ou medida similar — a atuação da Neoway em *big data* e *analytics* está em total conformidade com as normas aplicáveis.
- 3) O processo de coleta de dados é automatizado, sem intervenção humana e totalmente aderente às disposições da LGPD — Lei Geral de Proteção de Dados, especialmente por envolver dados publicamente acessíveis. A Plataforma Neoway é resultado de um desenvolvimento seguro: além de hospedagem em datacenter com redundância de 99,9%, possui camadas de segurança da informação (Web Application Firewall e Anti-DDoS), disponibilidade através de protocolo seguro (SSL) e utilização de credenciais exclusivas de acesso individuais por usuário e cliente para garantir a confidencialidade e integridade dos dados.
- 3) Os investidores e acionistas, tampouco os gestores e outros profissionais da Neoway, interferem ou podem direcionar a compilação e tratamento de dados públicos que compõe a base de dados da Plataforma Neoway.
- 4) A contratação da Neoway pela PGE ocorreu em estrita observância das leis, com a empresa sendo vencedora do Pregão Eletrônico nº 009/2017.
- 5) Como qualquer empresa de serviço, a Neoway possui funcionários que dão suporte para os seus clientes.



6) O pedido de sigilo feito pela Neoway não se refere ao inquérito ou às investigações do Ministério Público, mas sim aos esclarecimentos apresentados em sua resposta à intimação, incluindo informações protegidas por leis de proteção à propriedade intelectual.

**\*reportagem atualizada às 11h de 18/1**

**Inquérito: 14.0695.0000728/2019-5**

**Date Created**

17/01/2020